

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Folha de S. Paulo

[Título: Painel](#)..... 3

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Aço: Brasil pode ceder em etanol e Embraer	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	3
Título: Painel.....	3
Título: Decreto pode elevar para até 40% percentual de etanol na gasolina.....	3
VEÍCULO: Valor Econômico	5
Título: Delfim diz que formação de consórcio garantiu a disputa por Belo Monte.....	5
Título: Conflito e entendimento na origem da investigação.....	6
Título: Para advogados, há riscos reais de ex-ministro tornar-se réu.....	9
Título: Empresas esperam excluir aço semiacabado de tarifa	9
Título: Trump quer comércio baseado em negociação pontual	11
Título: Exportação é vital para siderurgia ainda em crise no país, diz Aço Brasil	12
Título: Tarifa é mais um presente dos EUA para o avanço da China	15
Título: Presidente vai à Boeing checar impactos	17
Título: Aço duro de roer	17

Título: Destaques	19
Título: Eletropaulo e Eletrobras fecham acordo de R\$ 1,5 bi	20
Título: Norsk Hydro admite despejo ilegal	22
Título: Destaques	22

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Eliane Oliveira

Título: Aço: Brasil pode ceder em etanol e Embraer

País só contestará tarifa imposta pelos EUA na OMC após todas as opções de negociação se esgotarem.

VIÑA DEL MAR (CHILE) - O governo brasileiro só vai entrar na Organização Mundial do Comércio (OMC) contra a sobretaxa de 25%, a ser aplicada pelos EUA nas importações de aço, após esgotadas todas as tentativas de um acordo bilateral que exclua o Brasil dessa medida protecionista. Existe uma avaliação reservada de fontes oficiais e do setor privado de que o governo brasileiro teria de fazer concessões tanto nas vendas de siderúrgicos ao mercado americano, adotando restrições voluntárias de exportações, como na associação entre Boeing e Embraer. Há, ainda, a possibilidade de os EUA exigirem vantagens para o etanol de milho no Brasil, que concorre diretamente com o álcool de cana-de-açúcar brasileiro. Por outro lado, o Brasil poderia usar a seu favor o fato de ser o maior importador de carvão metalúrgico dos EUA e acenar com a substituição desses fornecedores por Austrália ou Polônia. Segundo o Instituto Aço Brasil, foi importado US\$ 1 bilhão em carvão daquele país no ano passado.

No mesmo período, as exportações de siderúrgicos semiacabados para o mercado americano somaram US\$ 2,6 bilhões. Os contatos informais entre

autoridades dos dois países já começaram antes mesmo do anúncio da sobretaxa pelo presidente Donald Trump, na semana passada. Alguns dias atrás, o ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Jorge, enviou carta ao secretário de Comércio dos EUA, Wilbur Ross, reforçando o pedido de exclusão do Brasil da nova barreira comercial. E, até o fim desta semana, o governo entrará com dois recursos em Washington. Um deles pede a retirada do Brasil da medida, dirigido ao Representante Comercial dos EUA. O outro solicita a exclusão dos produtos exportados àquele mercado ao Departamento de Comércio.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Colunas

Autor: RICARDO BALTHAZAR (interino)

Título: Painel

Na marra

O senador Fernando Bezerra Coelho (PE), que trocou o PSB pelo MDB em setembro, só teve a filiação confirmada na terça (6). A cúpula do partido precisou intervir para que os dirigentes da legenda em Pernambuco abonassem sua ficha.

Com que roupa

O partido está rachado no estado. A direção atual apoia o governador Paulo Câmara (PSB). Bezerra quer espaço para lançar seu filho, **o ministro Fernando Coelho Filho (Minas e Energia)**, como candidato a governador.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: JULIO WIZIACK GUSTAVO URIBE DE BRASÍLIA

Título: Decreto pode elevar para até 40% percentual de etanol na gasolina

Equipe econômica resiste ao índice, pois estima perda de R\$ 4 bi em arrecadação por ano

Temer vai regulamentar RenovaBio, que prevê aumento escalonado da participação do anidro no combustível até 2030

No momento em que o governo tenta buscar formas de reduzir o preço da gasolina, Michel Temer prepara um decreto que, na prática, poderá provocar aumento gradual de até R\$ 0,06 por litro.

A medida pode vir com a regulamentação do programa de biocombustíveis (RenovaBio). Sancionada no fim de 2017, a nova política para o setor prevê a redução de poluentes em derivados de petróleo (como a gasolina) e o aumento da participação de combustíveis menos nocivos ao ambiente, como o etanol.

Hoje, cada litro de gasolina já tem 27% de anidro (álcool). Com o decreto, o índice de mistura subirá escalonadamente até 30%, em 2022, e Wyii, em 2030, se Temer mantiver os números aprovados pelo Congresso.

A equipe econômica resiste pois considera que haverá uma perda de ao menos R\$ 4 bilhões por ano com a arrecadação de tributos. Sobre a gasolina incidem PIS, Cofins e Cide. Além disso, haverá um alta de preço ao consumidor, o que pressiona a inflação.

Estimativas de consultorias especializadas, que não quiseram ser identificadas, indicam um aumento gradativo de R\$ 0,06 por litro até 2030 devido à mudança na cesta de tributos e ao aumento de custos decorrentes dos novos padrões de mistura.

Distribuidoras consideram que essa conta também será afetada pela falta de etanol no mercado para atender à demanda imposta pela legislação, o que, nesse caso, trará punições aos distribuidores —que serão obrigados a comprar certificados de compensação dos produtores.

PRÓXIMOS PASSOS

O governo aguarda, nesta semana, os cálculos finais da Fazenda para bater o martelo sobre os índices de mistura de anidro na gasolina. A Casa Civil defende os 40%, mesma posição dos produtores rurais. Mas Temer está cauteloso. Não quer tomar uma medida que, mesmo no longo prazo, acarrete alta de preços.

Projeções do governo indicam que, somente com 30% de anidro na gasolina, a produção de cana passará dos atuais 668 milhões de toneladas por ano para 820 milhões de toneladas, em 2026. Nesse período, a participação da cana destinada ao etanol saltará de 55% para 61%, elevando a produção do álcool nacional de 18 bilhões de litros para 31 bilhões de litros. Em contrapartida, a produção de açúcar ficaria comprometida.

O setor sucroalcooleiro defende o programa —e o decreto— para tentar uma recuperação. Com a recessão e a reviravolta na política de Dilma Rousseff, produtores entraram em recuperação judicial.

Com a nova política, eles esperam ganhar duas vezes —tanto com o aumento das vendas do álcool quanto com a venda de certificados para os distribuidores que descumprirem as metas.

Mesmo com a queda na cotação do petróleo, o preço da gasolina vem subindo nos postos. Temer quer uma saída para garantir alta ou baixa de acordo com o petróleo.

Esse é também um movimento do governo para melhorar a popularidade do presidente, que considera disputar a reeleição.

Para isso, o ministro Moreira Franco (Secretaria-Geral da Presidência) e o ministro Eliseu Padilha (Casa Civil) avaliam medidas.

Diante do arrocho fiscal, a única saída seria criar mecanismos tributários para que PIS e Cofins não tivessem alíquotas fixas definidas sobre o preço do litro da gasolina. Há também ideias em relação ao gás de cozinha, outro item que vem subindo ao consumidor.

Na quarta-feira (7), o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, que também é presidenciável, disse que o governo estuda alterar a tributação para reduzir o preço da gasolina nas bombas.

A declaração causou irritação no Palácio do Planalto. Oito meses antes, o próprio Meirelles havia anunciado aumento das alíquotas de PIS e Cofins sobre os combustíveis, dobrando o valor cobrado no caso da gasolina. Isso para compensar perda na arrecadação de tributos.

Como mostrou a Folha, a elevação de impostos federais e estaduais foi responsável por dois terços da alta da gasolina desde que a Petrobras adotou a política de ajustes diários nos preços, em julho do ano passado.

O restante foi provocado pela alta do etanol e das margens de revenda.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Política

Autor: Claudia Safatle | De Brasília

Título: Delfim diz que formação de consórcio garantiu a disputa por Belo Monte

O ex-ministro Delfim Netto ajudou a formar o segundo consórcio que disputou com a Andrade Gutierrez o leilão para a construção da usina de Belo Monte. Sem um outro grupo para competir, disse Delfim na sexta-feira ao **Valor PRO**, serviço de informação em tempo real do **Valor**, não haveria concorrência no leilão. O consórcio ganhou a disputa, mas, pouco depois, o governo reuniu os ganhadores e perdedores no consórcio construtor, que tocou a obra.

"Não recebi propina. Não sou funcionário público. Recebi honorários por serviços prestados", assegurou o ex-ministro. "E não foram R\$ 15 milhões. O que recebi foi menos e está declarado no Imposto de Renda. Eu já estou arrependido de não ter recebido R\$ 15 milhões."

O ex-ministro foi alvo, na manhã de sexta-feira, da 49ª fase da Operação Lava-Jato, quando investigadores da Polícia Federal foram em endereços de empresas e imóveis de sua propriedade com mandados de busca e apreensão. Levaram alguns telefones celulares.

Em entrevista em Curitiba, na manhã de sexta-feira, o delegado Maurício Moscardi Grillo disse que, em troca do resultado do leilão, Delfim teria recebido 10% de "propina" dirigida ao PT e ao MDB. Um pagamento se caracteriza como propina, porém, quando é feito para um funcionário público em troca de vantagens indevidas e não entre entes privados. A suspeita é a de que tenha havido fraude na licitação de Belo Monte, pelo fato de Delfim ter ajudado o governo a formar um segundo consórcio.

A menos que haja outros fatos, a mera formação de um outro grupo de empresas para disputar um leilão não configura fraude. Ao contrário, essa é uma forma de se estabelecer a competição e já foi usada no Brasil em outras ocasiões, como na privatização da Vale, em 1997, e da Telebras, em 1998. Em um dos leilões da Telebras, o BNDES atuou para criar um segundo consórcio que disputaria a Telemar, conforme veio a público após a divulgação de gravações que mostraram que o assunto foi discutido entre diretores do BNDES e integrantes do governo.

Outra suspeita é a de que o ex-ministro tenha recebido uma determinada quantia em mãos das empreiteiras, retirado sua parte e distribuído o restante para os dois partidos, o PT e o MDB. Isso, segundo ele, não aconteceu. "Vou me defender", disse Delfim, que completa 90 anos no dia 1º de maio.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Política

Autor: César Felício e Daniel Rittner | De São Paulo e Brasília

Título: Conflito e entendimento na origem da investigação

Para se entender o suposto envolvimento do ex-ministro Antonio Delfim Netto na investigação sobre o empreendimento em Belo Monte, é preciso lembrar o modo com que a ex-presidente Dilma Rousseff se relacionava com o setor privado. Também é necessário levar em conta o entendimento que os investigadores e o juiz da 13ª Vara Federal Sergio Moro possuem sobre o que é uma atividade de consultoria.

Só assim é possível entender as conclusões da 49ª fase da Operação Lava-Jato, que se baseou em delações premiadas dos executivos Otávio Marques de Azevedo e Flávio Barra, da Andrade Gutierrez, Henrique Valladares, Antônio Carlos Daiha Blando e Augusto Roque Dias Fernandes, da Odebrecht, Luiz Carlos Martins, da Camargo Corrêa e dos empresários Emílio e Marcelo Odebrecht. Depoimentos de José Carlos Bumlai e do próprio Delfim Netto foram considerados e houve a análise de documentos contábeis dos envolvidos de 2012 a 2015.

Dilma tinha uma relação conflitiva com o setor privado e estabeleceu que a licitação para a Usina de Belo Monte tinha que ter a participação relevante de empresas estatais. Queria ainda arbitrar condições duras para as empreiteiras, com um preço por megawatt/hora considerado pouco atrativo.

Em março de 2010, diálogos ácidos entre os donos da Odebrecht e o então ministro das Minas e Energia, Márcio Zimmerman, e Erenice Guerra, que substituiria Dilma na pasta da Casa Civil no início de abril, desestimularam a empreiteira baiana e a Camargo Correa de participar do consórcio investidor.

Às vésperas do leilão, em abril daquele ano, havia apenas um consórcio inscrito para disputar o certame, formado pela Andrade Gutierrez, a única empreiteira grande a aceitar as condições fixadas pelo governo, e as estatais Furnas e Eletrosul. Havia grande temor, no Palácio do Planalto, de fracasso da licitação. Era um risco que não se podia correr. O país estava crescendo a um ritmo de 7% ao ano. Acrescentar megawatts no parque gerador era crucial para não jogar o Brasil no escuro dali a alguns anos. Um vexame no leilão, além de despertar incertezas para a economia, teria um preço político alto.

Segundo os delatores, por meio de Valter Cardeal, então diretor da Eletrobras, o governo soube da intenção do consórcio de propor o valor máximo, de R\$ 82,90 por megawatt/hora. No dia do certame, perplexos, os integrantes do consórcio, que se esperava que fosse o único, constataram que havia um outro grupo, formado às pressas, liderado pela Chesf, com 49,98%, com o resto dividido por Queiroz Galvão, Gaia (do grupo Bertin), Joel Malucelli, Cetenco, Galvão Engenharia, Mendes Junior, Serveng e Contem Engenharia. Todas empreiteiras médias ou sem experiência relevante no setor. Mas o preço era 6% menor (R\$ 77,97 o MWh) e ele foi o vencedor.

Estava aplicada a lição nas empreiteiras rebeldes, na visão de Henrique Valadares, um dos delatores da Odebrecht. A irritação de Dilma com essa empresa era especial, por entender que a Odebrecht não havia se conformado com a derrota na disputa pela megausina de Jirau, no rio Madeira (RO).

Mas o governo logo percebeu que as empresas vencedoras não tinham expertise suficiente para tocar as obras. Foi aí que se encontrou uma solução salomônica: Odebrecht, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez passaram a compor o consórcio construtor, subcontratado para as obras civis pelos vencedores, com apoio do BNDES. Sem o risco de lidar com licenças ambientais, questões indígenas, reassentamentos, defasagem tributária e outros problemas. Era o melhor dos mundos para as empreiteiras.

Para ficarem com aquele contrato e com a promessa de poderem celebrar aditivos (mudanças no contrato ao longo de sua execução), as empresas tiveram que aceitar o pagamento de propina de 1% do valor da obra, metade para o PT e metade para o PMDB. Um ano depois, o então ministro da Casa Civil Antonio Palocci, teria comunicado a Otávio Marques de Azevedo, então presidente da Andrade Gutierrez, que teria que ser separado da propina, de R\$ 150 milhões, o valor de consultoria devido a Delfim Netto pelo consórcio devedor, isto é, o consórcio que derrotou as grandes empreiteiras, um arranjo que, em tese, não as favoreceu.

Delfim tinha canal desobstruído com Dilma, Erenice e o mercado. Ele teria que receber R\$ 15 milhões pela consultoria. O que foi pago em contas bancárias pelas empresas envolvidas no período investigado foi R\$ 4,4 milhões. O ex-ministro nunca negou que tenha ajudado a estruturar o consórcio investidor, mas é intrigante que, segundo delatores, tenha sido remunerado pelos integrantes do consórcio construtor. Os delatores garantem que os contratos assinados com as empresas do ex-ministro são de fachada. Moro em seu despacho deu crédito a essa versão porque considera que as empresas de Delfim faturaram demais sem ter estrutura para isso, isto é, sem ter funcionários.

"A LS Consultoria Empresarial e a Aspen Assessoria e Planejamento Econômico receberam valores milionários de empresas comprovadamente envolvidas em esquemas criminosos, sem possuir estrutura", escreveu Moro. O magistrado considera consultoria um serviço tangível, prestado por equipes de funcionários. Em se tratando de consultoria econômica, é uma métrica controversa e caberá a Delfim, como investigado, comprovar a licitude de suas atividades.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Política**Autor:** André Guilherme Vieira | De São Paulo**Título:** Para advogados, há riscos reais de ex-ministro tornar-se réu

Três advogados criminais ouvidos pelo **Valor** avaliam a situação do economista Antonio Delfim Netto na Lava-Jato como "delicada" em razão do recebimento de valores em espécie e pelos contratos a título de consultoria firmados com empresas do consórcio Norte Energia, construtor da hidrelétrica de Belo Monte (PA). Os criminalistas foram ouvidos reservadamente.

A avaliação é que o ex-ministro da Fazenda durante os governos Costa e Silva e Médici e do Planejamento na gestão de João Figueiredo, conselheiro presidencial durante os anos Lula e do atual governo Michel Temer, corre riscos reais de se tornar réu por corrupção passiva e lavagem de dinheiro na Lava-Jato.

Segundo delatores da Odebrecht, Delfim recebeu R\$ 240 mil em espécie a título de consultoria, que foram entregues em seu escritório, em São Paulo, por seu sobrinho Luiz Appolonio Neto - também investigado.

Ouvido duas vezes em depoimento à Polícia Federal (PF), Delfim negou irregularidades mas não soube explicar, na avaliação dos investigadores, a origem dos recursos, nem foi capaz de atrela-los a serviços por consultoria supostamente prestados.

A hipótese investigativa é que, se foi destinatário de propinas desviadas dos contratos - acordadas por ele com Antonio Palocci e as empreiteiras que formaram o consórcio (Camargo, Odebrecht, Andrade e J. Mallucelli) - Delfim incorreu, em tese, em ilícito de corrupção passiva.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Internacional**Autor:** Assis Moreira | De Genebra**Título:** Empresas esperam excluir aço semiacabado de tarifa

Várias companhias siderúrgicas nos Estados Unidos e na Europa têm expectativa de que Washington e Bruxelas poderão excluir da sobretaxa de 25% as importações de aço semiacabado - algo que reduziria bastante o impacto da restrição sobre o Brasil.

O **Valor** apurou que siderúrgicas da Califórnia estão entre as que mais insistem com o Departamento de Comércio dos EUA devido à sua dependência em

relação à importação de aço semiacabado. Algumas só processam o produto importado e alegam que, sem isso, haverá perda de produção e desemprego, ao contrário do objetivo propagado pela Casa Branca.

Segundo fonte do setor, na Europa o sentimento é de que a salvaguarda que a Comissão Europeia pretende adotar, para proteger seu mercado do aço que não poderá entrar nos EUA, deve ter isenções, porque várias siderúrgicas do continente também necessitam do aço semiacabado importado.

Se até o dia 31 deste mês o governo de Donald Trump confirmar a isenção para esse tipo de aço, a Europa seguirá a mesma decisão, na avaliação na área industrial.

O Brasil tem defendido junto ao governo de Trump justamente a complementaridade no setor de aço, argumentando que o país fornece cerca de 50% de semiacabados de ferro e aço importados pelos EUA, utilizados como insumos pela indústria americana, segundo o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic). Por outro lado, o Brasil é grande importador de carvão mineral utilizado em altos-fornos siderúrgicos.

O Brasil é um exportador significativo de aço intermediário também para a Europa. Em 2017, o país exportou 2,779 milhões de toneladas de aço para os 28 países da UE, dos quais 62% de semiacabados, segundo dados do Mdic. A região responde por 18,1% das exportações totais de aço brasileiro.

O diretor-geral da Associação Europeia de Aço (Eurofer), Axel Eggert, disse, em entrevista ao **Valor**, que trabalha em duas frentes. Na primeira, espera que produtos siderúrgicos europeus sejam isentos da tarifa americana, alegando que o argumento de segurança nacional de Trump é um absurdo.

Na segunda, defende aplicação o mais rápido possível de salvaguardas europeias para proteger o mercado europeu - para se precaver de um aumento súbito de importações. Mas, por causa dos procedimentos de consultas no bloco, acha que isso não ocorrerá nas próximas duas semanas.

"Precisamos de salvaguarda, porque sem isso teremos um impacto catastrófico de aço desviado para a Europa", afirmou Eggert. "Já somos um enorme importador, com 4 milhões de toneladas no ano passado".

Já para o diretor do IFO (Centro para Economia Internacional), de Munique, Gabriel Ferbermayer, as tarifas punitivas dos EUA sobre aço e alumínio violam as regras da OMC, mas a União Europeia não deve reagir com idêntico aumento de alíquotas sobre o aço de terceiros países para proteger a indústria europeia dos efeitos de desvio de comércio. "Em vez (de salvaguarda), a UE e o governo alemão precisam assegurar que todos os outros membros da OMC respeitem

conjuntamente as regras da entidade para limitar o conflito entre as políticas comerciais".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor: Assis Moreira | De Genebra

Título: Trump quer comércio baseado em negociação pontual

Donald Trump está movendo os EUA de um sistema comercial baseado em regras (rules based trading system) para negociações pontuais (deals based trade) de interesse americano, o que poderá levar ao caos no comércio global.

A avaliação é de Arancha Gonzalez, diretora-executiva do Centro de Comércio Internacional (ITC, na sigla em inglês), agência da ONU e da Organização Mundial do Comércio, e que assessorou o ex-diretor-geral da OMC Pascal Lamy.

Todo mundo tem algum problema comercial com os EUA, a maior potência econômica. O que Trump começa a fazer é selecionar produtos para proteger e agradar a determinados lobbies, ignorando outros onde os EUA têm superávit.

Fontes em Genebra destacavam as contradições de Trump ao assinar na semana passada a medida unilateral para impor sobretaxas de 25% sobre importações de aço e de 10% às de alumínio.

Primeiro, ele disse que estava impondo uma salvaguarda para proteger a segurança nacional dos EUA. Depois, que estava respondendo a uma situação de dumping (importações com preços considerados deslealmente baixos). Finalmente, que queria reequilibrar o comércio dos EUA para reduzir o déficit comercial caso a caso.

São três coisas diferentes, mas visivelmente pouco importa a Trump qual o mecanismo usado para restringir o acesso a mercado. O que conta é reduzir as importações. A obsessão de Trump é com o déficit comercial.

Observadores consideram que também no comércio a visão de Trump não tem sentido. As regras do comércio internacional não foram feitas para se ter equilíbrio entre exportações e importações. Negociações internacionais são resultados de concessões entre diferentes setores, e não para garantir reciprocidade tarifária perfeita, como Trump ameaça cobrar agora.

Em todo caso, na direção que Washington quer, União Europeia (UE), Japão e Coreia do Sul estão entre os que se colocam na fila para negociar um

compromisso e evitar que seus produtos siderúrgicos sejam afetado pelas tarifas.

Ao mesmo tempo, o principal negociador comercial americano, Robert Lighthizer, parece querer ressuscitar uma velha ideia que se utilizou nos anos 1980 com o Japão, que é pedir aos sócios comerciais para restringirem voluntariamente as exportações para os EUA.

Resta a negociadores, na cena comercial em Genebra, concordar com o vice-diretor-geral da OMC, Alan Wolff, indicado pelo governo Trump, que disse que o sistema multilateral de comércio promovido pela OMC vai agora ser testado como nunca antes e não pode mais ser dado como garantido.

Numa de suas primeiras declarações ao chegar a Genebra, em 2017, Wolff sugeriu que os membros da OMC deveriam aprender como funcionar na ausência da liderança dos EUA, uma nova realidade que, ele achava, não tinha sido entendida por vários países.

Na semana passada, em discurso na Câmara de Comércio dos EUA, em Washington, Wolff disse que, embora quase todos os países defendam o multilateralismo, na prática eles têm outras prioridades. Exemplificou que a China coloca foco na política econômica externa com sua Iniciativa Um Cinturão, Uma Rota; a UE acumula acordos bilaterais, totalizando 96; o Japão agrupou o que restou da Parceria Transpacífico (TPP, na sigla em inglês) depois de Trump abandonar essa negociação; e muitos países em desenvolvimento não parecem convictos de que se abrir o comércio seja bom como motor para o desenvolvimento.

Para completar, Trump, o único líder que não para de mencionar a OMC, o faz basicamente para criticar a organização.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor: Renato Rostás | De São Paulo

Título: Exportação é vital para siderurgia ainda em crise no país, diz Aço Brasil

Ficar sem poder escoar parte da produção siderúrgica aos EUA prejudica o setor no Brasil principalmente porque a crise que abalou as empresas nos últimos anos ainda não está resolvida, afirma Marco Polo de Mello Lopes, presidente do Instituto Aço Brasil, em entrevista ao **Valor**. Desde o segundo semestre do ano passado, o consumo aparente de aço tem melhorado no país, mas exportar ainda é essencial para manter o parque na ocupação máxima possível, disse.

Para Lopes, a grande motivação do presidente americano, Donald Trump, para adotar a tarifa de 25% à importação de aço é a morosidade com que o tema do excesso de capacidade global está sendo tratado. Montou-se o Fórum Global de Excesso de Capacidade, que levou a China a reduzir seu parque em cerca de 200 milhões de toneladas, mas o volume ainda assusta, de mais de 700 milhões de toneladas anuais. A participação do Brasil ao lado dos EUA nesse fórum, inclusive, é um dos principais motivos pelos quais o presidente do Aço Brasil ainda acredita que o país possa ser isentado da tarifa.

Em 2017, o Brasil exportou 5,02 milhões de toneladas de aço para os EUA, 10,2% a mais do que em 2016. O valor foi de US\$ 2,63 bilhões, alta de 48,2%. Mas, desde que os EUA impuseram tarifas antidumping e salvaguardas a laminados a quente e a frio, a maior parte do produto vendido é semielaborado, uma matéria-prima para a produção de aço finalizado. Também em 2017, foram vendidas 4,1 milhões de toneladas de placas, a US\$ 1,84 bilhão, que viriam a ser laminadas nos EUA e transformadas em chapas, por exemplo. Dos produtos elaborados, o mais importante foi o aço galvanizado - que recebe banho quente de zinco para evitar corrosão, muito usado pela indústria automotiva - com 234,6 mil toneladas e US\$ 185,5 milhões em valor. Leia os principais trechos da entrevista:

Valor: *O que o sr. achou da decisão final de Donald Trump? Acredita que o Brasil possa ser isentado?*

Marco Polo de Mello Lopes: A decisão de Trump é, de um lado, o cumprimento de uma promessa de campanha e, de outro, protege a indústria americana e seus trabalhadores. Houve certa irritação do governo americano com a morosidade do processo negocial no G-20 para a redução da capacidade excedente de aço no mundo. A sensação que ficamos é que isso levou à decisão. Não nos surpreendeu porque já sabíamos que, num primeiro momento, ela teria de ser global. Continuamos achando que podemos ser excluídos porque os EUA não têm autossuficiência. Se não flexibilizarem, faltará aço.

Valor: *Quão ruim é a decisão para a siderurgia brasileira?*

Lopes: O setor siderúrgico brasileiro vem de um período muito difícil, vivemos a pior crise recente nesses últimos três anos. Houve fechamento de unidades, demissões. No fim do ano passado e início deste ano, começamos a sentir a retomada do mercado interno. Nesse cenário ruim, a exportação é vital para o setor, e o mercado americano representa um terço das exportações. É realmente imprescindível nesse momento que o setor continue operando com melhoria de seu uso da capacidade.

Valor: *Que vias o Brasil pode tomar para ser isentado?*

Lopes: Abriu-se processo negocial e depende do que você tem para colocar à mesa. Consumidores [de aço nos EUA] podem pedir que haja exceções de produtos. E um país específico, que manifeste interesse na discussão do excesso de capacidade global ou esteja envolvido na questão de segurança, também. Brasil tem papel extremamente importante porque está junto com os EUA no grupo principal do Fórum Global de Excesso de Capacidade; é importante na essencialidade do que exporta aos EUA, porque eles precisam do que mandamos, e tem papel estratégico no que os EUA estão priorizando, que é segurança e excesso de capacidade.

Valor: *Qual pode ser o efeito da tarifa americana nos preços internacionais do aço?*

Lopes: A decisão tem de ser olhada sob ótica do mercado americano e do mundial. No mundial, será maior volume, uma importação de cerca de 30 milhões de toneladas aos EUA que pode fazer com que pelo menos 20 milhões dessas toneladas sejam colocadas no mercado internacional. Pela lei da oferta e demanda, poderia impactar os preços negativamente.

Valor: *Assusta a ameaça da Europa de impor taxa semelhante?*

Lopes: A decisão de Trump pode trazer efeito dominó. O mundo já está tremendamente conturbado pelo monumental excesso de capacidade e recebe agora mais um ingrediente, a decisão americana. Países já avisaram que vão retaliar. Você começa a ter fechamento dos mercados. O que pode ocorrer é que os desvios de fluxo de comércio busquem os mercados que estão mais abertos. É importante que países, inclusive o Brasil, estejam atentos à sua defesa comercial.

Valor: *O Brasil deve buscar acordos bilaterais?*

Lopes: Terá que ser um acordo bilateral, de fato, porque a regra que está estabelecida é: existe uma determinação geral menos o Nafta. Exceção é para país, exclusão é para produto. Exclusão é o consumidor americano que terá de pedir, mas quando fala exceção ao país, é governo a governo. Temos a sensação de que o próprio governo americano não tem certeza ainda de como as coisas vão transcorrer. Temos a equipe que participou das duas missões a Washington e está de prontidão para voltar à capital americana, e a direção do Aço Brasil, Alexandre Lyra e eu, voltaremos também. Trabalhamos em conjunto com o Mdic [Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços] e MRE [Ministério das Relações Exteriores].

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Internacional**Autor:** Edward Luce | Financial Times**Título:** Tarifa é mais um presente dos EUA para o avanço da China

A maior parte não é intencional. Mesmo assim, o Ocidente não poderia estar ajudando mais a China, mesmo se tentasse. Em primeiro lugar, apostou que a China conscientemente se recriaria à sua imagem. Bastava dar um empurrãozinho. Obviamente não deu certo.

Então, aderiu à crença de que a história encaminharia o país para um final liberal e democrático - estando ou não a China ciente disso. Também não funcionou.

Finalmente, percebeu que a China está traçando o seu próprio caminho não ocidental. Tudo o que o Ocidente pode fazer é... O quê?

É fácil dar toda a culpa a Donald Trump. Certamente, a sobretaxa às importações de aço e alumínio é um caso de estudo sobre danos colaterais. Os aliados dos EUA serão atingidos muito mais duramente pelo fogo amigo de Trump do que Pequim. Suas ações indiscriminadas tornarão mais fácil para Xi Jinping, o presidente da China que virou "imperador vitalício", dividir o que ainda chamamos de Ocidente.

Mas Trump está apenas tornando pior uma situação já ruim. A bagunça foi herdada por ele. A responsabilidade pelos erros estúpidos do Ocidente é de todos. Carrega as impressões digitais de todo mundo - americanos, europeus, neoliberais e social-democratas.

Cada um vem fazendo a sua parte para mudar as coisas a favor da China. Ainda não percorremos um quinto do século XXI, mas o Ocidente já deu três oportunidades inesperadas para Pequim. Trump está trabalhando na quarta.

A primeira foi a Guerra do Iraque em 2003, que supera os danos provocados até agora por Trump. A guerra dividiu o Ocidente entre a "velha" e a "nova" Europa, conforme disse Donald Rumsfeld, o então secretário de Defesa dos EUA. Ela também custou aos EUA e seus aliados mais de US\$ 1 trilhão em gastos diretos - e muito mais em custo de oportunidade.

A guerra do Iraque também mostrou os limites do poder coercitivo ("hard power") militar do Ocidente. Não se pode impor a democracia sob a mira das armas. A China assistiu enquanto o Ocidente desperdiçava seu poder coercitivo e poder brando ("soft power").

O segundo lance foi o colapso financeiro de 2008. A crise desacreditou o mito de que as classes médias ocidentais estavam ficando mais ricas. Conforme disse o investidor americano Warren Buffett, quando a maré baixou foi que vimos quantos estavam nadando nus. Os consumidores ocidentais tinham contraído dívidas acima de suas possibilidades de pagar.

Muitos ainda se referem ao que se seguiu como uma recessão global. Na verdade, foi uma recessão atlântica. A China manteve níveis elevados de crescimento. Com o Ocidente recuando no apoio aos países em desenvolvimento, Pequim ocupou essa lacuna.

Da África à Ásia Central, a democracia perdeu parte de seu encanto. A Iniciativa Um Cinturão, Uma Rota, da China, recebeu esse nome no ano passado, mas tem pelo menos uma década de existência. No mês passado, a Freedom House, instituição que defende a democracia, anunciou o 12º ano seguido de recuo da liberdade global.

O terceiro presente geopolítico concedido à China é uma obra em andamento - o retrocesso populista do Ocidente. Podemos datá-lo a partir da decisão do Reino Unido de sair da União Europeia ou da vitória de Trump, mas suas origens são muito mais antigas. O declínio da confiança nas instituições vem ocorrendo durante a maior parte deste século. O Ocidente não se acredita mais nos seus líderes.

As eleições na Itália foram a reprovação mais recente à elite tecnocrata do Ocidente. O resto do mundo está observando de perto. Pela primeira vez, o presidente da China tem uma taxa de aprovação global maior que a do presidente dos EUA. Parte disso, embora não tudo, resulta da estranha relação que Trump tem com a verdade. É fácil zombar daqueles que acham que ele "fala as coisas como elas são". O que essas pessoas querem dizer é que ele fala de maneira aberta. Mesmo quando Trump mente, é fácil entender o que ele quer dizer. Infelizmente, o resto do mundo o ouve com muita clareza.

Será o presidente dos EUA o maior presente do Ocidente para a China? Isso vai depender de até onde ele irá. Por enquanto, a resposta é sim. A vantagem dos EUA está na força de suas alianças. A única aliança da China firmada em pacto é com a Mongólia. Quanto mais Trump rebaixar amigos como o Canadá e a Alemanha, mais fácil será para Xi assumir uma posição central no cenário global. Trump anima o autoritarismo da China.

"Acho isso ótimo", disse o presidente dos EUA sobre a decisão de seu colega de acabar com os limites ao mandato presidencial. "Talvez tentemos fazer isso um dia".

Parte dos críticos de Trump se assustaram pelo motivo errado. Mesmo que esteja falando sério, são mínimas as chances de ele se tornar presidente vitalício dos EUA. O problema é que o resto do mundo, incluindo a China, está levando Trump muito a sério.

Se eu fosse um dissidente chinês, cogitaria passar para jardinagem. Os EUA não só perderam a fé nos democratas no exterior, como perderam a confiança na democracia em casa. Por ora, os EUA são o imperador nu.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor:

Título: Presidente vai à Boeing checar impactos

O presidente Donald Trump visitará nesta quarta-feira a fábrica da Boeing em St Louis para medir o impacto da sobretaxa ao aço e ao alumínio ao setor. A companhia, consumidora dessas matérias-primas, produz jatos e componentes na unidade. Depois de demitir quase 20% de sua mão de obra para redução de custos, a Boeing declarou que contratará novamente devido à reforma fiscal aprovada em dezembro. Sobre o aço, Trump voltou a ironizar a reação europeia. "A União Europeia, que trata os EUA tão mal no comércio, está reclamando sobre as tarifas do aço e alumínio. Derrubem suas barreiras horríveis que nós derrubaremos as nossas", disse ele no Twitter, em resposta à representante comercial da UE, Cecilia Malmstrom, que qualificou a conversa de ontem com o americano Robert Lighthizer de "franca mas infrutífera".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Opinião

Autor: David Kupfer

Título: Aço duro de roer

As notícias para a indústria brasileira nesse início de março não vieram nada boas tanto no plano interno quanto no externo e devem acender um sinal vermelho. No plano interno, o recuo de 2,4% na atividade industrial, revelado pelos números de janeiro da Pesquisa Industrial Mensal do IBGE, recém-publicada, praticamente anulou o crescimento de 3,1% ocorrido em dezembro de 2017, deixando indícios não desprezíveis de que a festejada "recuperação" da indústria em 2017 possa ter sido apenas um artefato estatístico. A origem do artefato pode estar associada ao comportamento de um único setor, a produção de veículos, que pulou 9,6% em dezembro de 2017 e encolheu 7,6% em janeiro último.

Simplemente, o crescimento de dezembro pode ter sido resultado de uma possível antecipação da produção efetuada pelas montadoras de automóveis, muito provavelmente visando a captação dos incentivos fiscais do regime automotivo cuja vigência se encerraria ao final do ano passado e cuja renovação não havia sido decretada. Dado o grande peso da montagem de veículos, essa exagerada oscilação transmitiu-se ao conjunto da indústria e interferiu nos resultados do ano. De fato, a decomposição setorial do crescimento da indústria em 2017 mostra que, somente em termos diretos, o setor automobilístico está explicando quase 50% da expansão observada. Somando-se o efeito indireto em autopeças, pneus, vidros, e tantos outros setores produtores de componentes, o efeito total da produção de automóveis pode ter alcançado $\frac{3}{4}$ do acréscimo ocorrido no nível de atividade da indústria de transformação brasileira no ano passado.

Se essa tese é verdadeira, há um cálculo muito simples e muito elucidativo que ajuda a entender a verdadeira conjuntura industrial do momento. Somando-se os 3,1% de dez/17 com os 2,4% negativos de jan/18, a indústria expandiu-se nesse bimestre a um ritmo médio de aproximadamente 0,3% ao mês, valor esse, diga-se de passagem, não muito distinto do verificado nos meses anteriores. Caso ao invés dos 3,1% efetivamente apurados, se considere esse valor médio de 0,3% para o mês de dezembro, o ano de 2017 teria fechado com crescimento industrial muito modesto, inferior a 0,5%. Quer dizer, muito abaixo dos 2,5% registrados pelo IBGE que gerou tantas reações positivas por parte de tantos analistas.

Uma guerra comercial aberta será dolorosa, especialmente para os países que estão em posição inicial frágil

Esses números mais tímidos são até mais consistentes com a virtual ausência de estímulos de demanda e de oferta que vem marcando a trajetória da indústria brasileira desde o tombo recessivo iniciado em 2014. Parece que somente os condutores da política econômica não reconhecem esse diagnóstico. Em vez do empenho político visando desenhar um plano que abra algum espaço para a redinamização da indústria, preferem agir como se a retomada fosse um processo espontâneo, dependente apenas de vontade e retórica oficial. Basta lembrar que, primeiro, tudo se resumia a um problema de confiança que, como se sabe, não é algo que se dissolve apenas com o passar do tempo. Depois veio a tese de que a queda da inflação traria um efeito positivo quando também se sabe que deflações rápidas expressam mais sintomas de recessão do que de recuperação.

Mais recentemente, seria a queda das taxas de juros que teria o condão de beneficiar o sistema produtivo e pavimentar o caminho da recuperação. Enquanto isso, as necessárias medidas de fortalecimento da demanda, de

retomada do crédito ao produtor e ao consumidor, de redução dos custos e de aumento da produtividade dentre outras do arsenal de instrumentos que deveria estar sendo manejado ficaram em compasso de espera.

Dentre os espaços disponíveis para ancorar um sopro de alento para a indústria e que permaneceram inexplorados pela política industrial estão as exportações. Evidentemente, dado o perfil estrutural da economia brasileira, não se pode esperar que o setor externo propicie um ciclo de expansão industrial exuberante. Porém, um melhor desempenho exportador certamente poderia atuar como uma centelha disparadora da retomada. A favor dessa ideia está a performance da própria indústria automobilística, que promoveu uma verdadeira explosão das vendas ao exterior com quase 800 mil veículos exportados em 2017, um recorde histórico do setor. Se a indústria tivesse apostado no mercado interno, teria marcado passo pois embora as vendas domésticas tenham apresentado alguma melhora, permaneceram muito longe de qualquer montante expressivo no ano recém-terminado.

No plano externo, após a movida do governo Trump declarando - ou explicitando - uma guerra comercial, o quadro é ainda mais preocupante. Não está claro quais serão os desdobramentos do aumento das tarifas de importação de derivados de aço e alumínio decretado pelo presidente americano. Possibilidades de extensão a outras mercadorias, de retaliações da União Europeia e outros parceiros comerciais relevantes estão todas na lousa nesse momento e somente com uma bola de cristal é possível avançar com segurança. Infelizmente, porém, em qualquer cenário que se desenhe as perdas para o Brasil parecem que serão significativas. Pouco importa que o contexto de aumento do protecionismo já vinha em marcha desde o início da década e já impunha restrições à inserção internacional da indústria brasileira. Uma guerra comercial aberta será mais dolorosa, especialmente para os países que estão em posição inicial frágil e pouco se preparam para os inevitáveis ajustes que se farão necessários. E esse é exatamente o caso do Brasil. Vai ser um aço, quer dizer, um osso duro de roer.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Norsk Hydro admite erro

A companhia norueguesa Norsk Hydro, controladora da Alunorte, admitiu no fim de semana ter feito dois despejos de rejeitos usando um canal de emissões que não tinha licenciamento para isso. Os dois fatos teriam ocorrido em

fevereiro, quando começaram as suspeitas de vazamento na refinaria de alumina, instalada em Barcarena (PA). Ontem, o porta-voz da Norsk Hydro, Halvor Molland, admitiu à agência de notícias Reuters que a empresa decidiu vaziar águas retidas em duas ocasiões, depois que as chuvas pesadas aumentaram a pressão na unidade de tratamento de rejeitos. "O canal que usamos para essas emissões não é coberto pela nossa permissão", disse Molland, acrescentando que a empresa notificou as autoridades depois. "Nós não temos indicações de que a emissão controlada teve impacto negativo no meio ambiente", afirmou Molland à agência de notícias.

Petrobras vende ativos

A Petrobras iniciou a etapa de divulgação da venda de sua participação nos campos de Piranema e Piranema Sul. No projeto, a estatal, operadora com 100% de participação, oferece a totalidade dos direitos nas concessões marítimas de Piranema (PRM), campo em produção, e Piranema Sul (PRMS), campo não desenvolvido, ambos localizados em águas profundas na Bacia de Sergipe-Alagoas, segundo aviso entregue à CVM. "A produção média de petróleo do campo de Piranema, em 2017, foi de 4 mil barris por dia. Todo o gás produzido no campo é reinjetado", diz o informe.

Minério cai 4%

Os preços do minério de ferro tiveram mais um dia de forte queda na sexta-feira, pressionados por perdas nos contratos futuros e também no mercado de aço. De acordo com a "Metal Bulletin", a tonelada do minério com pureza média de 62% entregue no porto de Qingdao caiu 4,3% para US\$ 70,09 a tonelada.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Paula Selmi, Rodrigo Polito e Camila Maia | De São Paulo e do Rio

Título: Eletropaulo e Eletrobras fecham acordo de R\$ 1,5 bi

Duas das maiores elétricas do país, Eletrobras e Eletropaulo chegaram no fim da última semana ao esperado acordo sobre a dívida histórica da distribuidora com a estatal, para encerrar disputa judicial que se arrasta há 30 anos. Conforme antecipado pelo **Valor** na última semana, a companhia paulista pagará R\$ 1,5 bilhão à Eletrobras, sendo R\$ 1,4 bilhão à estatal e R\$ 100 milhões para advogados.

O pagamento é referente ao saldo de encargos financeiros de um empréstimo concedido em 1986 pela Eletrobras para a companhia, que posteriormente foi

cindida, dando origem a quatro companhias, entre as quais a Eletropaulo e a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (Cteep) atuais.

De acordo com a Eletropaulo, do montante relativo à Eletrobras, com data base em 31 de janeiro de 2018, o primeiro pagamento, no valor de R\$ 250 milhões, será realizado após o trânsito em julgado da homologação judicial do acordo com a estatal e com os advogados, o que ocorrer por último. Também está previsto o pagamento de três parcelas anuais, no valor de R\$ 300 milhões cada, sendo o primeiro 12 meses após o pagamento da primeira quantia. E um último pagamento, no valor de R\$ 250 milhões, está previsto para ser efetuado 48 meses depois do pagamento da primeira quantia.

Todos os pagamentos serão atualizados por CDI mais 1%, até a efetiva data do pagamento de cada parcela, contados a partir de 1 de fevereiro de 2018.

Segundo a Eletropaulo, a eficácia do acordo ainda está sujeita ao trânsito em julgado da sua homologação judicial perante o Juízo da 5ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro, o que dará ensejo ao encerramento do processo judicial.

Em fato relevante sobre o assunto, a Eletrobras acrescentou que entendia ser devido um valor de R\$ 2,794 bilhões, excluídos os valores referentes a honorário de sucumbência, sendo R\$ 350 milhões já reconhecidos no ativo, na linha de empréstimos e financiamentos.

De acordo com a Eletrobras, desse montante, foram deduzidos os valores de R\$ 533 milhões referente à mora acumulada e R\$ 583 milhões referentes ao novo cálculo pericial, que atualizou o valor do laudo anterior segundo cláusulas contratuais, obtendo resultado parcial de R\$ 1,658 bilhão (cálculo pericial).

A estatal contou ainda que foi iniciado um processo de mediação junto à Câmara FGV de Mediação e Arbitragem, no Rio de Janeiro, oportunidade em que foram estabelecidas as regras procedimentais do processo. Entre essas regras "ficou convencionado entre as partes a contratação de um assessor financeiro independente para calcular o valor do débito segundo os parâmetros financeiros e legais sustentados pelas partes no processo judicial (incluindo a perícia), bem como avaliar os custos de oportunidade para cada uma das empresas". Nesse sentido, as partes, embasadas nos estudos realizados no âmbito do acordo, acordaram que a Eletropaulo se compromete a desembolsar R\$ 1,4 bilhão em favor da Eletrobras.

Pelo lado da estatal, as conversas foram lideradas pelo próprio presidente da estatal, Wilson Ferreira Jr., que acumulou a diretoria Jurídica e de Gestão Corporativa da empresa, após a saída de Alexandre Aniz do cargo, em fevereiro.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Empresas**Autor:** Camilla Knudsen | Reuters, de Oslo**Título:** Norsk Hydro admite despejo ilegal

A refinaria de alumina Alunorte, que pertence à norueguesa Norsk Hydro, fez derrames não autorizados de dejetos no mês passado, admitiu a empresa ontem, mais de duas semanas depois das autoridades locais questionarem o caso.

Chuvas pesadas e enchentes na fábrica na metade de fevereiro levantaram o temor de vazamentos de resíduos tóxicos de bauxita no entorno da refinaria e avisos feitos pelo governo de contaminação na região, mas até agora a Norsk Hydro mantinha as declarações de que não havia evidências de vazamentos.

Em fevereiro, as autoridades brasileiras ordenaram à empresa que suspendesse metade da produção até que se revisasse os problemas, levando a empresa a suspender os trabalhos sem prazo para retorno. Na sexta-feira, o Instituto Evandro Chagas informou à Reuters que irá publicar em breve evidências de contaminação causada pela companhia.

Ontem, o porta-voz da Norsk Hydro, Halvor Molland, admitiu que a empresa decidiu vazar águas retidas em duas ocasiões, depois que chuvas pesadas aumentaram a pressão. "O canal que usamos para essas emissões não é coberto pela nossa permissão", disse Molland, acrescentando que a empresa notificou as autoridades depois. "Nós não temos indicações de que a emissão controlada teve impacto negativo no meio ambiente."

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Finanças**Autor:****Título:** Destaques

Déficit de plano da Petros

O PPSP, plano de benefício definido de Petros (fundo de pensão dos funcionários da Petrobras) encerrou 2017 com um déficit de R\$ 4,372 bilhões, apesar da valorização de 9,18% - o resultado acima da meta atuarial, de 8,97%, não era alcançado há quatro anos. Mas para evitar um déficit, precisaria ter ganhos de 18,88%. O PP-2, de contribuição variável, rendeu 10,24% frente ao

objetivo de 8,82%, e acumulou superávit de R\$ 303,9 milhões. O plano fechou com patrimônio de R\$ 17,9 bilhões em 2017, 22% maior do que no ano anterior. A Petros também informou que as oito ressalvas apontadas pela auditoria independente em 2016 foram eliminadas. **(Juliana Schincariol)**

MME / ASCOM .